

RELATÓRIO AUTUAÇÃO AMBIENTAL

Ref.: AIA 133388/2002 – NIS 1183496
Autuada : Ercilia Alves Teixeira
GDOC 27699-650283/2004

Cuida-se de autuação da polícia ambiental, lavrada em 14/02/2002, em relação a ERCILIA ALVES TEIXEIRA, doravante denominada Recorrente, “por dificultar a regeneração natural da vegetação considerada de preservação permanente pelo artigo 2º., letra “B”, da Lei 4.771/65 mediante o plantio de milho e sorgo em área correspondente a 1,7 ha”, tendo lhe sido imposta a multa de R\$ 2.451,14.

Foi apresentada defesa administrativa (fls. 05/15) e recurso (fls. 22/31), tendo as duas decisões administrativas concedido a redução da multa em até 90%, conforme permite o artigo 42 do Decreto Federal 99.274/90, aludindo a segunda ao disposto no artigo 37, I, desse Decreto, *in verbis*:

Art. 37. O valor das multas será graduado de acordo com as seguintes circunstâncias:

I - atenuantes:

- a) menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- b) reparação espontânea do dano ou limitação da degradação ambiental causada;
- c) comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;

d) colaboração com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental.

Inconformada, a Recorrente, fundada no artigo 193, “a” da Constituição Estadual, interpôs terceiro recurso (fls. 38/45), com documentos (fls.46/73) e, diante do não conhecimento pela Administração, impetrou mandado de segurança (fls. 80/98), instruído com documentos (fls. 99/147), em que foi concedida a liminar “para garantir, à impetrante, o direito de esgotar as vias administrativas sem que a multa seja inscrita na dívida ativa” (fls. 80).

A r. sentença proferida no *mandamus* considerou a indicação do CONSEMA, por analogia ao CONAMA que, na esfera federal, julga os recursos em última instância administrativa, “o qual, até o momento desta impetração, não havia decidido a respeito”, entendendo que “existe falta de legalidade no agir da Autoridade Coatora”. Na parte final, a decisão em tela concluiu: “ante a manifesta ilegalidade apontada, fica concedida em parte a segurança pedida até que sejam julgados em definitivo os recursos interpostos, não comportando esta decisão, a anulação do Auto de Infração, como é óbvio.” (fls. 271/275).

O assunto foi submetido ao crivo da Procuradoria Geral do Estado tendo os autos, ao final, sido encaminhados ao CONSEMA para apreciação do recurso interposto, ficando o conselheiro infra-assinado incumbido de relatá-lo.

Importa referir ainda que houve denúncia penal contra a Recorrente mas foi rejeitada pois 1) a conduta foi

considerada atípica, em razão de ausência de dolo; 2) ocorreu erro de proibição eis que há empreendimentos imobiliários na região do reservatório; 3) o crime é impossível pois no local a vegetação era inexpressiva; e 4) inépcia da denúncia que não especificou as espécies cuja regeneração estaria sendo impedida pela Recorrente, a data da suposta infração eis que o tipo penal surgiu somente em 1998, faltando, outrossim, prova da materialidade da infração e especificação da origem da vegetação, se natural ou artificial (fls. 46/63).

Em que pese serem importantes as considerações do prisma criminal para a mais ampla compreensão dos vários aspectos relativos à questão, os enfoques administrativo e civil, também presentes na autuação ora em exame, não ficam, na realidade, em nada comprometidos eis que tanto as definições das condutas quanto os valores envolvidos são diversos, especialmente no tocante aos requisitos para a responsabilização.

Passando para a argumentação esgrimida pela Recorrente (fls. 41/45), está adstrita, resumidamente, ao seguinte:

a.- Atipicidade da conduta pois a área está degradada, ocupada por vegetação artificial, não havendo “nenhum tipo de vegetação ciliar que teria sucumbido com o represamento...”;

b.- Crime impossível pois a vegetação no local é inexpressiva, sendo inviável “degradar algo que não ostenta relevância biológica”;

c.- Não foi feita vistoria o que prejudica o contraditório;

d.- Falta de motivação das decisões administrativas proferidas;

Relatado, em apertada síntese, todo o ocorrido, passo a tecer as considerações que seguem:

1. O inconformismo da Recorrente com a autuação foi manifestado tempestiva e regularmente, devendo, portanto, ser conhecido pela Administração e apreciado consoante a dogmática aplicável. Apesar de não ser o CONSEMA, à época, órgão dotado de competência recursal, somente recentemente conferida através da Lei 13.507, de 23/04/2009, e de acordo com o regramento do Decreto 55.087, de 27/11/2009, a decisão judicial determinando ao órgão o julgamento, em definitivo, dos recursos administrativos interpostos é de ser obedecida, razão pela qual passo a analisar, pela ordem de apresentação, as alegações colacionadas.

2. A pretendida extensão da decisão proferida pelo juízo criminal ao presente procedimento, no sentido de reconhecimento da falta de tipicidade ou de que se trata de crime impossível, não pode encontrar guarida pois os fatos analisados são diversos. Com efeito, a autuação administrativa baseou-se na impossibilidade de regeneração natural de vegetação em área de preservação permanente, sendo que o tipo penal previsto no artigo 48 da Lei de Crimes Ambientais concerne a “Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de

vegetação”. Apesar de similares, a tônica da autuação é a proteção de área de preservação permanente, conceito inexistente no tipo penal analisado na decisão penal mencionada, razão pela qual sua compreensão é totalmente diversa.

3. Também não compõe a autuação fiscal acusação de degradação ambiental mas sim o impedimento à regeneração natural por conta da lavoura plantada na área de preservação permanente, sendo esta mais uma nota distintiva entre os fatos examinados pelo juízo criminal e na esfera administrativa.

4. A alegação de se tratar de crime impossível face à inexpressividade da vegetação existente no local também não constitui matéria tratada na autuação mas somente na decisão judicial criminal em tela, o que reforça a convicção de falta de similitude entre ambas. Conforme já assinalado, a autuação, longe de examinar a ocorrência de desmatamento, caso em que poderia ser considerada a expressividade ou não da vegetação retirada, apenas penalizou a obstaculização da regeneração natural na área de preservação permanente, situação diversa, sequer relacionada àquela, ficando, assim, mais ainda demonstrada a diversidade de situações encaradas na sentença criminal e na autuação, fato que torna aquela decisão inaplicável no juízo administrativo.

5. Em relação à vistoria do local, reclamada desde a primeira defesa da Recorrente (fls. 09, *in fine* e 12, *in fine*), sua não realização não configura cerceamento de defesa, conforme alegado. De fato, a autoridade não está obrigada a satisfazer pedidos dessa ordem, até porque podem ser

desarrazoados ou mesmo protelatórios. Cabe ao interessado produzir e levar ao julgador a prova de suas alegações para produzir o convencimento, sendo este o escopo precípua de toda e qualquer prova: convencer o julgador. Se este já atingiu o convencimento, provas são desnecessárias, podendo, portanto, ser indeferidas. Poderia a Recorrente ter juntado em sua defesa trabalhos por ela realizados e destinados a convencer o julgador. Não o fazendo, entende-se que abdicou desse direito, nada podendo reclamar.

6. Resta examinar a alegação de falta de embasamento das decisões. Neste ponto, parece-me que a Recorrente tem razão pois as decisões efetivamente não foram fundamentadas, sendo inclusive inviável exercer juízo recursal em relação a motivação inexistente. Com efeito, o recurso tem por finalidade o reexame de decisão de instância inferior. Para tanto, deve ser analisada sua motivação e fundamentação. Inexistindo qualquer motivação nas decisões das instâncias ordinárias, que se resumiram a conceder o desconto de 90% da multa e nada mais, é inviável exercer juízo recursal.

7. Sendo assim, entendo que os autos devem retornar à Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, atualmente competente para julgar os recursos administrativos, objetivando motivar as decisões proferidas. Opino, portanto, pela anulação do procedimento a partir da decisão administrativa de primeira instância, proferindo-se outra, devidamente motivada. Havendo recurso tempestivo, deverá ser julgado em segunda instância, com a devida motivação e, sendo mantida a autuação, a dívida deverá ser imediatamente inscrita.

8. Parece-me oportuno mencionar que o prazo prescricional está suspenso desde a interposição da defesa administrativa e voltará a correr somente após a conclusão do procedimento.

9. Afigura-se importante frisar, ainda, que o recurso ao CONSEMA somente é admissível para autuações com imposição de multas em valor superior a 7.500 UFESP's, conforme estabelece o artigo 3º., inciso I, do Decreto 55.087/2009. Não sendo este o caso da presente, visto que a multa imposta é de R\$ 2.451,14, o procedimento encerra-se com a decisão de segunda instância.

10. Feito o relatório com as observações que considero pertinentes, sugiro seja submetido à votação pelo CONSEMA.

São Paulo, 19 de janeiro de 2010

Jaques Lamac
Conselheiro do CONSEMA
Pela Procuradoria Geral do Estado

Ao Ilmo. Sr.

Germano Seara Filho

DD. Secretário Executivo do CONSEMA